

# ACEF/1718/0110052 — Relatório final da CAE

## Contexto da Avaliação do Ciclo de Estudos

### **Relatório da CAE - Ciclo de Estudos em Funcionamento.**

#### **Contexto da Avaliação do Ciclo de Estudos**

Nos termos do regime jurídico da avaliação do ensino superior (Lei n.º 38/2007, de 16 de agosto), a avaliação externa dos ciclos de estudos deve ser realizada periodicamente. A periodicidade fixada é de seis anos.

O processo de avaliação/acreditação de ciclos de estudo em funcionamento (Processo ACEF) tem por elemento fundamental o relatório de autoavaliação elaborado pela instituição avaliada, que se deve focar nos processos que se julgam críticos para garantir a qualidade do ensino e nas metodologias para monitorizar/melhorar essa qualidade, incluindo a forma como as instituições monitorizam e avaliam a qualidade dos seus programas de ensino e da investigação.

A avaliação é efetuada por uma Comissão de Avaliação Externa (CAE), composta por especialistas selecionados pela Agência com base no seu currículo e experiência e apoiada por um funcionário da Agência, que atua como gestor do procedimento. A CAE analisa o relatório de autoavaliação e visita a instituição para confirmar as informações do relatório e proceder à sua discussão com representantes da instituição.

Antes do termo da visita, a Comissão reúne para discutir as conclusões sobre os resultados da avaliação e organizar os itens a integrar no relatório de avaliação externa a ser apresentado oralmente. Esta apresentação é da responsabilidade do(a) Presidente da CAE e deve limitar-se a discutir os resultados da sua análise em termos de aspetos positivos, deficiências, propostas de melhoria e outros aspetos que sejam relevantes no contexto da avaliação.

A CAE, usando o formulário eletrónico apropriado, prepara, sob supervisão do seu Presidente, a versão preliminar do Relatório de Avaliação Externa do ciclo de estudo. A Agência remete o relatório preliminar à instituição de ensino superior para apreciação e eventual pronúncia, no prazo regularmente fixado. A Comissão, face à pronúncia apresentada, poderá rever o relatório preliminar, se assim o entender, competindo-lhe aprovar a sua versão final e submetê-la na plataforma da Agência.

Compete ao Conselho de Administração a deliberação final em termos de acreditação. Na formulação da deliberação, o Conselho de Administração terá em consideração o relatório final da CAE e, havendo ordens e associações profissionais relevantes, será igualmente considerado o seu parecer. O Conselho de Administração pode, porém, tomar decisões não coincidentes com a recomendação da CAE, com o intuito de assegurar a equidade e o equilíbrio das decisões finais. Assim, o Conselho de Administração poderá deliberar, de forma fundamentada, em discordância favorável (menos exigente que a Comissão) ou desfavorável (mais exigente do que a Comissão) em relação à recomendação da CAE.

## Composição da CAE

A composição da CAE que avaliou o presente ciclo de estudos é a seguinte (os CV dos peritos podem ser consultados na página da Agência, no separador [Acreditação e Auditoria / Peritos](#)):

Jorge Umbelino  
Manuel António Brites Salgado  
Fernanda Albuquerque  
Ana Catarina Lopes

## 1. Caracterização geral do ciclo de estudos

1.1. Instituição de Ensino Superior:

Instituto Politécnico De Coimbra

1.1.a. Outra(s) Instituição(ões) de Ensino Superior (proposta em associação):

1.2. Unidade orgânica:

Escola Superior De Educação De Coimbra

1.2.a. Outra(s) unidade(s) orgânica(s) (proposta em associação):

1.3. Ciclo de estudos:

Turismo

1.4. Grau:

Licenciado

1.5. Publicação em D.R. do plano de estudos em vigor (nº e data):

1.5.\_despacho\_n.\_11978\_2014\_alteraassapso\_pe\_turismo.pdf

1.6. Área científica predominante do ciclo de estudos:

Turismo

1.7.1 Classificação CNAEF - primeira área fundamental:

812

1.7.2 Classificação CNAEF - segunda área fundamental, se aplicável:

NA

1.7.3 Classificação CNAEF - terceira área fundamental, se aplicável:

NA

1.8. Número de créditos ECTS necessário à obtenção do grau:

180

1.9. Duração do ciclo de estudos (art.º 3 Decreto-Lei 74/2006, de 24 de março, com a redação do Decreto-Lei 63/2016 de 13 de setembro):

Seis Semestres

1.10. Número máximo de admissões aprovado no último ano letivo:

40

1.10.1. Número máximo de admissões pretendido (se diferente do número anterior) e sua justificação

<sem resposta>

1.11. Condições específicas de ingresso.

O acesso ao curso de Turismo faz-se através dos seguintes regimes: a) Concurso Nacional de Acesso (para candidatos titulares de um curso de ensino secundário ou de habilitação legalmente equivalente); b) Regimes Especiais (para candidatos que reúnam as condições previstas no DL

393-A/99, de 2 Outubro); c) Outros concursos Especiais (para candidatos titulares de Provas M23, titulares de curso superior e titulares de um CET); d) Mudança de Curso, Transferência (para candidatos que pretendam mudar de curso ou efetuar a transferência de instituição de ensino). As provas específicas são 04 Economia OU 16 Geografia OU 18 Português.

1.12. Regime de funcionamento.

Diurno

1.12.1. Outro:

NA

1.13. Local onde o ciclo de estudos é ministrado:

Coimbra

1.14. Eventuais observações da CAE:

<sem resposta>

## 2. Corpo docente

### Perguntas 2.1 a 2.5

2.1. Coordenação do ciclo de estudos.

O docente ou docentes responsáveis pela coordenação do ciclo de estudos têm o perfil adequado:

Sim

2.2. Cumprimento de requisitos legais.

O corpo docente cumpre os requisitos legais de corpo docente próprio, academicamente qualificado e especializado:

Em parte

2.3. Adequação da carga horária.

A carga horária do pessoal docente é adequada:

Sim

2.4. Estabilidade.

A maioria dos docentes mantém ligação à instituição por um período superior a três anos:

Sim

2.5. Dinâmica de formação.

O número de docentes em programas de doutoramento há mais de um ano é adequado às necessidades de qualificação académica e de especialização do corpo docente do ciclo de estudos, quando necessário:

Sim

### 2.6. Apreciação global do corpo docente

2.6.1. Apreciação global

O coordenador do ciclo de estudos tem o perfil adequado: Doutorada em Turismo e com trabalho académico neste domínio científico.

De acordo com o legalmente exigido, o corpo docente próprio atinge 82,4% (para um mínimo de 60%) e o corpo docente qualificado é de 72,3% (para um mínimo de 15%). Já o corpo docente especializado, na área científica fundamental, é de apenas 38,2% (32,3%+5,9%) (para um mínimo de 50%).

A carga horária do pessoal docente parece adequada, embora nem todas as fichas de serviço estejam preenchidas de modo coerente. Por outro lado, ainda que não se despistem situações graves, há um aparente desequilíbrio no esforço letivo pedido aos docentes.

A quase totalidade dos docentes mantém ligação à instituição por um período superior a três anos.

O número de docentes em programas de doutoramento há mais de um ano é adequado às necessidades de qualificação académica e de especialização do corpo docente do ciclo de estudos -

apesar de apenas 2,2 ETI docentes estarem nessa condição, esse valor é relevante entre os não-doutorados.

#### 2.6.2. Pontos fortes

A valorização académica recente e estabilidade do corpo docente.

#### 2.6.3. Recomendações de melhoria

Prosseguir o esforço de valorização do corpo docente na área científica fundamental do CE, de modo a atingir o cumprimento de todos os rácios legais exigíveis, e promover um maior equilíbrio no esforço letivo pedido a cada um dos docentes.

## 3. Pessoal não-docente

### Perguntas 3.1. a 3.3.

#### 3.1. Competência profissional e técnica.

O pessoal não-docente tem a competência profissional e técnica adequada ao apoio à lecionação do ciclo de estudos:

Sim

#### 3.2. Adequação em número.

O número e o regime de trabalho do pessoal não-docente correspondem às necessidades do ciclo de estudos:

Sim

#### 3.3. Dinâmica de formação.

O pessoal não-docente frequenta regularmente cursos de formação avançada ou de formação contínua:

Em parte

### 3.4. Apreciação global do pessoal não-docente

#### 3.4.1. Apreciação global

O pessoal não-docente é apresentado de forma agrupada para todo a Escola. De qualquer forma, o seu número parece ser genericamente suficiente para as necessidades da IES. Para além disso, o nível de graduação do pessoal não-docente é elevado. Não há evidências de atividades regulares de formação, nem da sua ausência.

Foram colhidas informações de um funcionamento nem sempre adequado e eficaz de alguns serviços, designadamente ao nível do apoio às mobilidades e da ação social escolar.

#### 3.4.2. Pontos fortes

A adequação em número e o nível de graduação do pessoal não-docente.

#### 3.4.3. Recomendações de melhoria

Melhorar os níveis de desempenho, e da sua perceção por parte da comunidade escolar, sobretudo em alguns setores mais críticos, como sejam o apoio às mobilidades e a ação social escolar.

## 4. Estudantes

### Pergunta 4.1.

#### 4.1. Procura do ciclo de estudos.

Verifica-se uma procura consistente do ciclo de estudos por parte de potenciais estudantes ao longo dos 3 últimos anos:

Sim

## **4.2. Apreciação global do corpo discente**

### **4.2.1. Apreciação global**

O CE oferece 40 vagas e o número de candidatos tem sido muito elevado, nos últimos anos, sempre a exceder largamente o número de vagas disponíveis.

Por outro lado, observa-se um baixo valor de internacionalização e, mais especificamente, de ações de mobilidade neste CE.

### **4.2.2. Pontos fortes**

Reconhecimento do setor do turismo como um potenciador social e económico, tanto ao nível nacional como internacional.

Existência de algumas parcerias institucionais para a mobilidade dos alunos, internas e internacionais.

Plano de estudos organizado para saberes bem definidos, incluindo o reforço dos idiomas estrangeiros.

### **4.2.3. Recomendações de melhoria**

Maior dinamização de ações tendentes à internacionalização do CE.

## **5. Resultados académicos**

### **Perguntas 5.1. e 5.2.**

#### **5.1. Sucesso escolar**

O sucesso escolar da população discente é satisfatório e é convenientemente acompanhado:

Em parte

#### **5.2. Empregabilidade**

Os níveis de empregabilidade dos graduados pelo ciclo de estudos não revelam dificuldades de transição para o mercado de trabalho:

Sim

### **5.3. Apreciação global dos resultados académicos**

#### **5.3.1. Apreciação global**

O nível de eficiência formativa é genericamente elevado, com alguma desvantagem para as U.C.s que fazem uso mais intensivo de métodos quantitativos.

A taxa de empregabilidade dos graduados é muito elevada.

Relativamente à empregabilidade, verifica-se que não existem diplomados desempregados. Importa referir que a maioria dos diplomados obteve o seu emprego num espaço de um ano após terminar o CE.

#### **5.3.2. Pontos fortes**

Valorização e procura crescente destes profissionais.

Reconhecimento do valor da IES.

Certificação do CE pela Fundação Themis, da Organização Mundial de Turismo.

Integração da IES na RIPTUR.

Promoção de iniciativas de empregabilidade por parte da ESEC.

Realização de estágios curriculares e não curriculares.

Desenvolvimento de alguns projetos de investigação, inclusive com parcerias nacionais e/ou internacionais.

### 5.3.3. Recomendações de melhoria

Menor número de alunos por turma, sobretudo em aulas práticas.

Alteração da estrutura curricular, conforme proposta da IES.

Aprofundamento dos inquéritos aos alunos sobre a sua satisfação em relação ao CE e às respetivas UC.

Acompanhamento dos diplomados após a sua graduação.

Utilização de diferentes metodologias, como aulas práticas em contexto do campus e/ou fora, tal como visitas de estudo.

Reforçar a rede de parcerias empresariais, para melhor ingresso dos diplomados no mercado de trabalho na área.

Maior envolvimento dos estudantes na escolha do local de estágio.

## 6. Resultados das atividades científicas, tecnológicas e artísticas

### Perguntas 6.1. a 6.5.

#### 6.1. Centros de Investigação

A instituição dispõe de recursos organizativos e humanos que integrem os seus docentes em atividades de investigação, seja por si ou através da sua participação ou colaboração, ou dos seus docentes e investigadores, em instituições científicas reconhecidas:

Sim

#### 6.2. Produção científica ou artística

Existem publicações científicas do corpo docente do ciclo de estudos em revistas internacionais com revisão por pares, livros e capítulos de livro ou trabalhos de produção artística, ou publicações resultantes de atividades de investigação orientada ou de desenvolvimento profissional de alto nível, nos últimos cinco anos, com relevância para a área do ciclo de estudos:

Em parte

#### 6.3. Outras publicações

Existem outras publicações do corpo docente com relevância para a área do ciclo de estudos, designadamente de natureza pedagógica:

Sim

#### 6.4. Atividades de desenvolvimento tecnológico e artístico

As atividades de desenvolvimento tecnológico e artístico, prestação de serviços à comunidade e formação avançada na(s) área(s) fundamental(ais) do ciclo de estudos representam um contributo real para o desenvolvimento nacional, regional e local, a cultura científica e a ação cultural, desportiva e artística:

Em parte

#### 6.5. Integração em projetos e parcerias nacionais e internacionais

As atividades científicas, tecnológicas e artísticas estão integradas em projetos e/ou parcerias

nacionais e internacionais:

Em parte

## **6.6. Apreciação global dos resultados das atividades científicas, tecnológicas e artísticas**

### **6.6.1. Apreciação global**

Foram identificados 6 centros de investigação externos à IES, dos quais 5 estão classificados pela FCT. Há 5 docentes integrados no GOVCOPP da UA, que possui linha de investigação em Turismo e Desenvolvimento, 6 no CITUR, que tem o âmbito no Turismo, e 3 no CEIS XX da UC.

Foi anexado um mapa resumo de publicações científicas do corpo docente, mas em alguns casos são identificados artigos mais antigos, em press e comunicações. A maioria dos artigos são aplicados à AC do Turismo, essencialmente em revistas internacionais e nacionais de referência, mas alguns trabalhos têm abordagem menos dirigida à AC do CE. Também foram apresentadas outras publicações relevantes, mas estas, na maioria não possuem cariz pedagógico centrado na AC do CE.

Foram indicadas algumas atividades, designadamente no âmbito do projeto “Biblioteca Joanina Acessível”, bem como diversas de prestação de serviços à comunidade na área do Turismo, incluindo a participação dos alunos do CE na organização de eventos e atividades de sensibilização direcionadas à comunidade escolar.

Não foram indicadas atividades de desenvolvimento tecnológico e artístico desenvolvidos na área do CE nem de contributo para o desenvolvimento nacional, exceto no contexto do Projeto HCTourism - Perfil e Tendências do Capital Humano no Sector do Turismo. Porém, não são indicados projetos e parcerias internacionais.

A participação dos docentes e investigadores do CE, em algumas instituições científicas reconhecidas na AC (com excelente. Ex: GOVCOPP), ajuda a cumprir alguns critérios para a promoção de investigação orientada ou de desenvolvimento profissional de alto nível na AC do CE. Assim, deve aumentar-se a produção científica e os docentes têm de trabalhar mais em rede, quer interna quer com pares do exterior, com IES portuguesas e estrangeiras, apesar de a IES já integrar 4 redes importantes (ex. OMT e ATLAS) na AC do CE.

### **6.6.2. Pontos fortes**

Há 2 CI na área do Turismo com 11 docentes integrados (GOVCOPP e CITUR).

O corpo docente é composto por 4 doutorados na área fundamental do CE, o que apresenta potencialidade para aumentar a produção científica, nomeadamente através de atividades de investigação e desenvolvimento baseadas na experiência docente, na publicação de artigos científicos em revistas científicas internacionais com revisão por pares e com “bom” fator de impacto, assim como projetos conjuntos com entidades públicas e privadas, assim contribuindo para a inovação e o desenvolvimento do turismo, particularmente ao nível local e regional.

### **6.6.3. Recomendações de melhoria**

Maior participação dos docentes em projetos de investigação e no desenvolvimento de parcerias de investigação nacionais e internacionais.

Envolver os estudantes na investigação científica, nomeadamente através de mais projetos para

além do turismo acessível

Melhorar os índices de investigação e publicação na área do CE, essencialmente em revistas internacionais de referência no Turismo.

## **7. Nível de internacionalização**

### **Perguntas 7.1. a 7.3.**

7.1. Mobilidade de estudantes e docentes

Existe um nível significativo de mobilidade de estudantes e docentes do ciclo de estudos:

Em parte

7.2. Estudantes estrangeiros

Existem estudantes estrangeiros matriculados no ciclo de estudos (para além de estudantes em mobilidade):

Não

7.3. Participação em redes internacionais

A instituição participa em redes internacionais com relevância para o ciclo de estudos:

Sim

### **7.4. Apreciação global do nível de internacionalização**

7.4.1. Apreciação global

Regista-se uma taxa baixa de alunos estrangeiros matriculados e em mobilidade Erasmus no CE (0), sendo também nula a receção de docentes estrangeiros, não havendo aproveitamento visível das 4 redes internacionais referidas.

É necessário encorajar mais a mobilidade out do pessoal docente do CE (7,1%) e de alunos (13,7%). Apesar de este último ser o melhor indicador em matéria de mobilidades, sendo revelador de uma dinâmica positiva dos estudantes do CE em investir em missões ERASMUS no exterior do país, será útil um incremento desta dinâmica.

Os indicadores dos docentes poderiam ser mais favoráveis, atenta a integração em redes internacionais de investigadores (ex. OMT, ATLAS), em áreas de especial interesse para o CE, com benefícios para a dinâmica do CE e da própria região e país.

7.4.2. Pontos fortes

A participação em 4 redes internacionais com relevância para o CE demonstra que a IES possui uma estratégia bem definida para a internacionalização.

7.4.3. Recomendações de melhoria

Aumentar o número de bolsas do Programa Erasmus+ no CE, de modo a permitir aumentar o número de alunos e docentes a realizar mobilidade académica e/ou de estágio em IES no exterior.

Promover a integração de docentes nas 4 redes internacionais de investigadores referenciadas, em



áreas de especial interesse do CE, de acordo com a necessidade de melhoria do seu nível de internacionalização e de participação nas diversas mobilidades in e out.

## **8. Organização interna e mecanismos de garantia da qualidade**

### **Perguntas 8.1 a 8.6**

#### **8.1. Sistema interno de garantia da qualidade**

Existe um sistema interno de garantia da qualidade, a nível da Instituição ou da Unidade Orgânica, certificado pela A3ES:

Não (continua no campo 8.2)

#### **8.2. Mecanismos de garantia da qualidade**

Existem mecanismos de garantia da qualidade do ciclo de estudos e das atividades desenvolvidas pelos serviços ou estruturas de apoio aos processos de ensino e aprendizagem:

Sim

#### **8.3. Coordenação e estrutura(s) de apoio**

Existem um coordenador e estrutura(s) responsáveis pela implementação dos mecanismos de garantia da qualidade do(s) ciclo(s) de estudos:

Sim

#### **8.4. Avaliação do pessoal docente**

Existem procedimentos de avaliação do desempenho do pessoal docente e estão implementadas medidas conducentes à sua permanente atualização e desenvolvimento profissional:

Sim

#### **8.5. Avaliação do pessoal não-docente**

Existem procedimentos de avaliação do pessoal não-docente e estão implementadas medidas conducentes à sua permanente atualização e desenvolvimento profissional:

Sim

#### **8.6. Outras vias de avaliação**

Existiram outras avaliações do ciclo de estudos ou de natureza institucional, nos últimos cinco anos, não conduzidas pela A3ES:

Sim

##### **8.6.1. Conclusões de outras avaliações (quando aplicável)**

A Instituição recebeu a certificação da TedQual pela Organização Mundial de Turismo atendendo aos padrões de qualidade internacionais.

De acordo com o relatório, o curso é consistente com a vocação da Escola, o plano de estudos do curso permite aos alunos beneficiar das oportunidades de desenvolvimento de competências multidisciplinares, os docentes têm experiência em participação em projetos de Investigação ao nível nacional e internacional, há colaboração de professores especialistas e realizam-se visitas de campo.

### **8.7. Apreciação global dos mecanismos de garantia da qualidade**

#### **8.7.1. Apreciação global**

O responsável pela garantia da qualidade de ensino é o Presidente da ESEC, coadjuvado pela Gestora da Qualidade e Secretária da ESEC.

A ESEC possui procedimentos para acompanhamento e revisão do curso, utilizando dispositivos de

medição e monitorização através de inquéritos, indicadores, sugestões e reclamações

Para garantir a qualidade de aprendizagem e apoio aos estudantes, dispõe de regulamentos para estudantes com NEE e estudantes reclusos, e os dados relativos à satisfação e conformidade dos serviços são recolhidos através de inquéritos, avaliados semestralmente pelos docentes do curso. Quanto à avaliação de desempenho do pessoal docente, é realizado um relatório das atividades desenvolvidas pelos mesmos, onde o Diretor do Curso, após análise, emite um parecer.

No que se refere à avaliação do pessoal não-docente, tem-se os procedimentos definidos pela aplicação do Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho na Administração Pública e, ainda, o IPC disponibiliza um Centro de Formação com a responsabilidade de concretizar o plano de formação dos trabalhadores não-docentes.

Percebe-se, de uma maneira geral, que existe por parte da Instituição uma preocupação com a questão da qualidade do ensino e da satisfação dos alunos. Contudo, apesar de os procedimentos de avaliação existirem, estes ainda não estão a funcionar totalmente.

#### 8.7.2. Pontos fortes

Forte cultura organizacional e de sentimento de pertença por parte de alunos e professores

Elevado nível de satisfação dos alunos em relação ao curso e visitas de campo

Experiência de 20 anos de formação na área predominante

Curso inserido numa instituição de reconhecido valor, que está localizado numa 'cidade de ensino' reconhecida internacionalmente

Reconhecimento da certificação pela OMT por parte dos alunos

Integração da instituição na Rede de Instituições Públicas do Ensino Superior Politécnico com Cursos de Turismo-RIPTUR

#### 8.7.3. Recomendações de melhoria

Aprofundar o Sistema de Gestão da Qualidade, tendo em vista assegurar a participação de todos os agentes da Escola em todas as fases do processo.

## **9. Melhoria do ciclo de estudos - Evolução desde a avaliação anterior e ações futuras de melhoria**

### 9.1. Evolução desde a avaliação anterior

Qualificação do corpo docente, reportada no Guião de Autoavaliação:

- Aumento da produção científica dos docentes de turismo em revistas nacionais e internacionais
- Muitos membros do corpo docente estão integrados em Centros de Investigação
- Participação em projetos de investigação
- Integração da instituição na RIPTUR, incluindo a finalidade de estimular parcerias
- Participação na criação e gestão de uma unidade de investigação e desenvolvimento, CiTUR - Centro de Investigação, Desenvolvimento e Inovação em Turismo, no âmbito da RPTUR
- Lançamento de um número especial de Turismo da revista científica Exedra
- Reformulação no plano de estudos, dando ênfase a uma formação mais técnica
- Aumento do acervo bibliográfico

- Desenvolvimento de iniciativa de acompanhamento do percurso dos diplomados - Inspiring Alumni
- Criação do Observatório de Empregabilidade do Instituto Politécnico de Coimbra
- Esforço no envolvimento dos alunos em atividades práticas, na organização de eventos, atividades de formação/ sensibilização e outras iniciativas

#### 9.2. Apreciação e validação das propostas de melhoria futura

A CAE toma boa nota e valida as propostas de melhoria constantes no Guião de Autoavaliação:

- Reavaliação do número de vagas nos concursos especiais de acesso
- Estudar o impacto de uma possível alteração do tempo atribuído para orientação de estágio/projeto por aluno
- Estudar o impacto de uma possível alteração do número de horas de contacto efetivas por docente
- Consolidação e desenvolvimento de um processo sistemático de monitorização do percurso dos diplomados em Turismo
- Reforço da divulgação e articulação dos trabalhos e atividades realizados pelos alunos junto da comunidade empresarial do setor do turismo
- Reajustamentos ao plano curricular, para atualizar alguns conteúdos programáticos e reposicionar as unidades curriculares
- Promover as condições necessárias para aumentar o número de visitas de estudo, atividades extracurriculares e de encontros científicos
- Divisão de algumas turmas, sobretudo aquelas que usam softwares específicos (Sistemas de Informação em Turismo e Agências de Viagens)

## 10. Reestruturação curricular (se aplicável)

#### 10.1. Apreciação e validação da proposta de reestruturação curricular

<sem resposta>

## 11. Observações finais

#### 11.1. Apreciação da pronúncia da instituição (quando aplicável)

A CAE tomou atento conhecimento e agradece a pronúncia do Instituto Politécnico de Coimbra / Escola Superior de Educação (IES) acerca do Relatório Preliminar por nós produzido, no âmbito da avaliação do Curso de Primeiro Ciclo em Turismo (Regime Diurno).

Organizamos a nossa resposta em três partes.

1. Da proposta da IES de uma nova arrumação das Unidades Curriculares (UC) por áreas científicas (AC). Entende a CAE que esta nova arrumação não pode ser acolhida de imediato, uma vez que ela i) altera substancialmente o modelo de organização científica do Curso (ou da própria Escola?), sem que exista evidência da respetiva ponderação e aprovação pelos órgãos competentes; ii) não está documentada na sua versão global, obrigando a juntar informação constante no modelo anterior (Guião) com a que surge, de modo avulso, na pronúncia, sem que se entenda como é que se atingem os propostos 81 ECTS (CNAEF 812), 45 ECTS (CNAEF 220) e 45 ECTS (CNAEF 310); iii) nem todas as propostas de nova arrumação são facilmente entendíveis, como seja a proposta de inclusão em Ciências Sociais das UC de «Organização de Eventos» ou mesmo de «Geografia do Turismo», ou ainda da inclusão em Humanidades da UC de «Informação e Itinerários Turísticos»;
2. Da proposta da CAE de condicionar a aprovação do Curso, por um ano, no que respeita aos rácios legais de corpo docente. Como, pelas razões expostas em 1, a CAE entende não concordar com a nova arrumação das UC por AC e, conseqüentemente, o rácio de «Corpo Docente Especializado» se mantém em condição de incumprimento legal, é nosso entendimento que tal situação exige uma

intervenção urgente, a qual deve e pode ser resolvida no prazo proposto de um ano.

3. Da proposta da CAE de condicionar a aprovação do Curso, por três anos, no que respeita à «produtividade académica». Não concorda a CAE com a afirmação da IES, na sua pronúncia, de que não existe suporte legal para a posição defendida pela CAE, nesta matéria, porquanto o artigo 6º, nº 5, alínea d) do Decreto-lei nº 65/2018, de 16 de agosto, refere que só podem conceder este grau académico as IES que “d) Desenvolvam atividades de formação e investigação baseada na prática e orientadas para o desenvolvimento profissional, de nível e qualidade reconhecidos.” Sendo esta a exigência legal, e encontrando-se a IES numa situação que recomenda melhorias (como a própria reconhece, aliás), entendemos que três anos é um prazo razoável para que a IES crie evidências dos necessários progressos.

Por tudo o referido, a CAE mantém a totalidade da sua proposta de decisão, nos termos constantes no Relatório Preliminar.

#### 11.2. Observações

<sem resposta>

#### 11.3. PDF (máx. 100kB)

<sem resposta>

## 12. Conclusões

#### 12.1. Apreciação global do ciclo de estudos

A CAE entende que, no geral, o presente CE se apresenta como uma realidade madura e academicamente válida. Destaca-se, sobretudo, o evidente progresso na composição e graduação do corpo docente, bem como a identificação de um Coordenador adequado.

Embora tal não tenha inviabilizado a interpretação do Guião de Autoavaliação, nota-se que este regista algumas inconsistências de preenchimento, incluindo divergências entre as versões em língua portuguesa e inglesa (vg ações de melhoria para o CE)

Sem prejuízo destes aspetos, recomenda a CAE que a IES prossiga continuados esforços de melhoria, a validar em futuro Ciclo Avaliativo, os quais devem ser centrados:

1. Monitorizar as ações de melhoria propostas pela própria IES, no Guião de Autoavaliação apresentado;
2. Monitorizar os níveis de desempenho, e da sua perceção por parte da comunidade escolar, sobretudo em setores mais críticos, como sejam o apoio às mobilidades e a ação social escolar;
3. Providenciar no sentido de as atividades não-letivas serem proporcionadas em igualdade de oportunidades entre os estudantes dos CE diurno e pós-laboral;
4. Refletir sobre a solução, por vezes praticada, de os horários preverem um conjunto significativo de horas consecutivas da mesma U.C.;
5. Analisar a oportunidade e termos de uma alteração ao Plano de Estudos, incluindo uma atenta reflexão sobre a organização científica e a(s) área(s) fundamental(is) a explicitar;
6. Avaliar a eventual inconveniência de alguns docentes acumularem a responsabilidade de muitas U.C.s no CE;
7. Estimular a participação ativa dos estudantes na definição do seu próprio percurso escolar e nas diversas possibilidades da sua participação na gestão académica;
8. Aprofundar o Sistema de Gestão da Qualidade, tendo em vista assegurar a participação de todos os agentes da Escola em todas as fases do processo.

#### 12.2. Recomendação final.

Com fundamento na apreciação global do ciclo de estudos, a CAE recomenda:

O ciclo de estudos deve ser acreditado condicionalmente

12.3. Período de acreditação condicional (se aplicável):

1

12.4. Condições:

No prazo de um ano, deve a IES:

1. Assegurar o cumprimento de todos os rácios legais relativos ao corpo docente, designadamente o de Corpo Docente Especializado, o qual, à data da elaboração deste Relatório, se encontrava abaixo do legalmente fixado;

No prazo de três anos, deve a IES:

1. Mostrar evidências de uma produtividade académica mais expressiva, sobretudo na área fundamental do CE, incluindo investigação com validação institucional e publicações em regime de validação por pares;
2. Mostrar evidências de uma maior internacionalização, traduzida, nomeadamente, na participação ativa em redes e parcerias no âmbito da área fundamental do CE e no incremento de programas de mobilidade, estendida a toda a comunidade escolar;